

## RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

### REFERÊNCIA

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**

Processo nº 03656/2025 de 11 de agosto de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0029

Trata-se de pedido de esclarecimento ao Edital de Pregão eletrônico nº 012/2025, formulado pela empresa **DATEN TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.602.789/0001-01.

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII e seus subitens**, do Edital:

#### **XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com).

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

A sessão de abertura foi marcada para o dia **12/11/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **24/10/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **08 (oito) dias úteis** para a modalidade pregão, para aquisição de bens, conforme letra "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

O pedido de esclarecimento foi apresentada dia **06/11/2025**, registrado recebimento às **13h55min**, por meio de endereço eletrônico: [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Como sabido, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade** para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do **interesse público**.

## **I - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Dos questionamentos (e-mail empresa), como segue:

(...)

Solicitamos de V.Sas. o especial obséquio de enviar, com a brevidade que a situação requer, respostas aos questionamentos abaixo:

**Pergunta 01** – No quesito **PRAZO DE ENTREGA**, o Edital determina o seguinte:

### **"ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**

#### **5.2 PRAZO DE ENTREGA**

**5.2.1 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento."**

Neste sentido, ressaltamos que os equipamentos licitados não são produtos "padrão de mercado" que seriam encontrados previamente disponíveis nos estoques dos fabricantes; pelo contrário, trata-se de equipamentos específicos, fabricados conforme demanda e especificação do cliente. O processo de fabricação compreende as etapas de aquisição de matéria prima, planejamento da produção, a produção propriamente dita, testes

de produção e controle de qualidade, faturamento e transporte, cujos prazos somados resultam, em média, em **45 (quarenta e cinco) dias** desde o recebimento do pedido até a entrega ao cliente, prazo este incompatível com o prazo máximo de entrega estabelecido em Edital. Se o fornecedor possuísse todos os insumos em fábrica no momento do recebimento do pedido seria possível realizar a entrega dos equipamentos em **20 (vinte) dias úteis**, contudo, diante disto, se torna totalmente inviável e arriscado para o fornecedor manter insumos em estoque. Por todo o exposto, e para garantir a economicidade do certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, solicitamos que o prazo máximo de entrega seja confirmado e estabelecido em **45 (quarenta e cinco) dias**.

**Pergunta 02 - No quesito DOCUMENTAÇÃO:**

O edital não informa o prazo para o envio da proposta final ajustada e documentação de habilitação original, caso seja solicitado o envio via correios. Podem nós informar?

**Pergunta 03 - No quesito da Nota Fiscal?**

O atual processo licita os componentes CPU, Monitor, Teclado e Mouse de forma conjunta (único item). Considerando que os citados componentes possuem diferentes classificações fiscais e diferentes tributações, obedecendo o determinado pelo Artigo 413 Inciso IV do regulamento de IPI Decreto 7.212/2010, entendemos que será permitido a emissão da nota fiscal destacando cada componente separadamente permitindo que seja aplicada a classificação fiscal e tributação de cada item separadamente, sendo a soma total dos itens correspondente ao valor do item licitado. Está correto nosso entendimento?

## **II - DA ANÁLISE E RESPOSTA.**

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Vale informar que o regulamento normativo deste Certame é a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme apontado no Instrumento Convocatório publicado, sendo assim, a Administração Pública encontra-se estritamente vinculada ao texto legal não pleiteando qualquer arbitrariedade por parte do Administrador Público.

**Seguem os esclarecimentos, apresentados conforme a ordem cronológica dos questionamentos formulados:**

**1) Quanto ao prazo de entrega.**

**Resposta:** Após análise dos autos processuais, verificou-se que o ponto questionado já foi objeto de revisão no primeiro edital, publicado em 09/09/2025 e posteriormente retificado em 24/10/2025, ocasião em que o prazo originalmente fixado em 05 (cinco) dias úteis foi ampliado para 20 (vinte) dias úteis.

Cumpre destacar que o procedimento licitatório tem por finalidade selecionar os licitantes mais capacitados para atender, com eficiência e qualidade, às diversas demandas da Administração Pública, refletindo as necessidades da sociedade. Assim, é imprescindível a fixação de requisitos mínimos, razoáveis e proporcionais, de modo a mitigar os riscos de contratações inadequadas, que possam gerar prejuízos ao erário ou comprometer o interesse público.

Ressalta-se, ainda, que o Edital foi devidamente submetido e aprovado pela Assessoria Jurídica, o que evidencia o zelo da Administração pelo cumprimento da legislação vigente e pelos princípios que regem os atos administrativos, em especial os da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Importa frisar que a definição do prazo para entrega dos materiais **insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa**, devendo ser estabelecida conforme a conveniência e oportunidade da Administração, levando-se em conta as práticas de mercado e o atendimento ao interesse público. Não há dispositivo legal que imponha prazo mínimo para entrega de materiais.

**O prazo anterior de 05 (cinco) dias úteis** constitui prática adotada por esta Administração há vários anos, tanto para bens permanentes (equipamentos) quanto para bens de consumo. Todavia, visando ampliar a competitividade e permitir maior participação de fornecedores, a Administração, de forma excepcional, **optou por estender o prazo para 20 (vinte) dias úteis.**

Não se afigura razoável que a Administração tenha de se ajustar à logística particular de determinada empresa, sobretudo quando o mercado demonstra plena capacidade de atendimento às condições previstas no Edital.

Diante do exposto, **considero improcedente o pedido.**

## **2) Os prazos de proposta, habilitação e originais.**

**Resposta:** Quanto ao prazo para apresentação da proposta readequada, este é de **2 (duas) horas**, conforme disposto no item **6.20** do edital. O mesmo prazo — **2 (duas) horas** — aplica-se ao envio dos documentos de habilitação, conforme previsto no item **9.2.1** do referido instrumento convocatório.

No que se refere ao **envio dos documentos originais**, este somente será exigido em caso de **diligência** ou **existência de dúvidas** que não possam ser sanadas por meio da conferência dos documentos digitais apresentados. Ressalta-se que não há cláusula específica no edital estabelecendo prazo para o envio ou postagem desses documentos; contudo, para fins de procedimento, adota-se o prazo de **03 (três) dias úteis**, prorrogável **uma única vez**, por igual período, mediante **solicitação justificada do licitante**.

### **Pergunta 3- No quesito da Nota Fiscal?**

O atual processo licita os componentes CPU, Monitor, Teclado e Mouse de forma conjunta (único item). Considerando que os citados componentes possuem diferentes classificações fiscais e diferentes tributações, obedecendo o determinado pelo Artigo 413 Inciso IV do regulamento de IPI Decreto 7.212/2010, entendemos que será permitido a emissão da nota fiscal destacando cada componente separadamente permitindo que seja aplicada a classificação fiscal e tributação de cada item separadamente, sendo a soma total dos itens correspondente ao valor do item licitado. Está correto nosso entendimento?

**Resposta:** Inicialmente, esclarece-se que, caso o questionamento refira-se aos Lotes nº 25 e nº 26, não há inclusão do componente monitor nas especificações dos referidos lotes, conforme indicado na manifestação da interessada. Os itens que compõem esses lotes são exclusivamente o microcomputador (CPU), o teclado e o mouse, conforme descrito nos Anexos IV e V do Edital.

Quanto ao entendimento apresentado, assiste razão à empresa. Considerando que os componentes (CPU, teclado e mouse) possuem distintas classificações fiscais e incidências tributárias, é admitida a emissão da Nota Fiscal com a discriminação individual

de cada item, em conformidade com o disposto no art. 413, inciso IV, do Decreto nº 7.212/2010 (Regulamento do IPI).

Ressalta-se que a soma dos valores individuais discriminados deverá corresponder exatamente ao valor total do item licitado, conforme adjudicação e nota de empenho. Destaca-se, ainda, que é de responsabilidade exclusiva da empresa fornecedora a correta aplicação das alíquotas e da classificação fiscal de cada componente.

Por derradeiro, cumpre informar que não será permitido o fracionamento dos componentes que integram o item, constantes dos Lotes nº 25 e nº 26, devendo a entrega e a execução contratual observar a integralidade do objeto licitado.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto e da análise detalhada dos questionamentos apresentados, **mantêm-se inalteradas as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2025**, por se encontrarem em plena conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021, e com os princípios que regem as contratações públicas.

As respostas apresentadas visam assegurar a observância do interesse público, da isonomia entre os licitantes e da transparência do certame, não havendo fundamentos que justifiquem qualquer alteração no instrumento convocatório.

Assim, **considera-se o pedido de esclarecimento devidamente respondido**, devendo o presente ser juntado aos autos do processo licitatório para que produza os efeitos administrativos cabíveis.

**É como decido**

**MARCELO RIGO MAGNAGO**

Pregoeiro Oficial

Portaria nº 070/2025